

## PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS E FORMAÇÃO DE LEITORES NO ENSINO SUPERIOR

### UNIVERSITY TEACHERS AND THE FORMATION OF READERS IN HIGHER EDUCATION

Raúl Cesar Gouveia Fernandes<sup>1</sup>  
<https://orcid.org/0000-0002-4456-5957>

Giselle Larizzatti Agazzi<sup>2</sup>  
<https://orcid.org/0000-0002-6954-9670>

#### Resumo:

O objetivo do trabalho é avaliar a relação que os professores de uma instituição de ensino superior localizada na região metropolitana de São Paulo estabelecem com o desafio de contribuir para a formação dos alunos no que diz respeito às suas práticas de leitura. Para isso, foi realizada uma pesquisa junto aos docentes dos cursos de Administração e Ciências da Computação, a fim de coletar informações sobre: a) o perfil dos participantes; b) seus hábitos, práticas e preferências de leitura; c) suas percepções acerca dos hábitos e competências de leitura dos estudantes; d) suas práticas docentes (formas de uso e incentivo à leitura). Os resultados sugerem, entre outros aspectos, que os docentes possuem uma concepção predominantemente instrumental da leitura e não se veem claramente como responsáveis pela formação de leitores. Por isso, conclui-se que os esforços para incentivar as práticas de leitura no âmbito dos cursos examinados devem abranger o corpo docente e precisam ser parte integrante das políticas educacionais assumidas pela instituição.

**Palavras-chave:** formação de leitores; hábitos de leitura; ensino superior.

#### Abstract:

The aim of this study is to evaluate the perceptions of higher education teachers from an institution located in the metropolitan region of São Paulo (Brazil) about the task of contributing to the fostering of their students' reading practices. For this, a survey was carried out with teachers of the Management and Computer Science courses, in order to collect information about a) the profile of the participants; b) their reading habits, practices and preferences; c) their perceptions of students' reading habits and skills; d) their teaching practices (ways of using and encouraging reading). Among other aspects, results show that teachers have a predominantly instrumental conception of reading and do not clearly see themselves as responsible for the formation of readers.

<sup>1</sup> Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo e professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais e Jurídicas do Centro Universitário FEI, São Bernardo do Campo/SP, Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo e professora da Universidade Metropolitana de Santos e do Centro Universitário FEI, São Bernardo do Campo/SP, Brasil.

Therefore, the survey suggests that efforts to encourage reading practices within the examined courses must include teachers and shall be an integral part of the educational policies assumed by the institution.

**Keywords:** formation of readers; reading habits; higher education.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A leitura é um tema frequentemente discutido dentro e fora dos ambientes escolares, seja porque se entende que sua prática promove o desenvolvimento de habilidades e competências singulares (humanizando as relações sociais ou dando suporte para o exercício da cidadania, por exemplo), ou porque, simplesmente, pode levar o leitor a territórios novos, mesmo que ele não saia de seu lugar. Sem esquecer de sua natureza transversal, uma vez que permite o aprendizado em todas as áreas de conhecimento, a leitura é considerada também uma ferramenta indispensável para a construção do pensamento crítico e para a formação integral dos estudantes. Não obstante sua importância, porém, professores universitários costumam dar pouca atenção à consolidação dos hábitos e competências leitoras de seus alunos, por entender que esta tarefa caberia apenas aos ciclos iniciais do processo de escolarização. Partindo de concepção segundo a qual “ler é sempre uma prática social de interação com signos, permitindo a produção de sentido(s) através da compreensão-interpretação desses signos” (SILVA, 1999, p. 16), o presente estudo nasceu da convicção de que as instituições de ensino superior (IES) devem buscar novos meios para atingir a meta de fomentar hábitos de leitura, estimular em seus alunos o interesse por diferentes gêneros textuais e desenvolver suas capacidades de compreensão leitora.

Embora a centralidade da leitura no ensino superior seja incontestável, é preciso reconhecer que, com frequência, o cotidiano de quem vive no ambiente acadêmico parece colocar em xeque tal constatação. Com efeito, têm aumentado os indícios de que, em diversos casos, a relação dos universitários com a leitura está longe de ser intensa, profícua e prazerosa. A expansão do ensino superior nas últimas décadas, a condição dos estudantes que chegam à sala de aula já extenuados após longas jornadas de trabalho e o propósito muitas vezes quase exclusivo de atender às “exigências do mercado” (com tudo que elas têm de efêmero, pragmático e imediatista) são alguns dos fatores que contribuem para a emergência de profundas alterações nas práticas de leitura na universidade.

O debate se ressentia da falta de estudos abrangentes sobre o tema, de modo que a percepção das práticas de leitura de universitários é uma questão cujos contornos apresentam-se muitas vezes embaçados por preconceitos e juízos subjetivos dos próprios professores. Por isso, a fim de obter diagnóstico mais preciso sobre a situação, foram realizadas diferentes sondagens no âmbito da instituição em que os autores lecionavam. A primeira contou com a participação de 787 estudantes de diferentes ciclos dos cursos de Administração e Ciências da Computação, coletando informações sobre seus hábitos, percepções, preferências e dificuldades de leitura (FERNANDES; MAIA, 2013). Posteriormente, foi realizada uma segunda pesquisa com 60 calouros de Administração, a fim de verificar as correlações entre hábitos de leitura, níveis de compreensão textual e desempenho acadêmico (FERNANDES; JANNUCCI; GERAB, 2019).

O trabalho que ora se publica diz respeito a outro levantamento, desta vez conduzido junto aos docentes da mesma instituição. Seu objetivo foi avaliar a percepção dos professores sobre o desafio da formação de leitores nos cursos de Administração e Ciências da Computação da referida IES, verificando em que medida eles têm consciência de seu papel de modelos ou mediadores de leitura e como buscam (ou não) desenvolver os hábitos e as competências leitoras dos alunos. A pergunta que guiou a pesquisa foi formulada após constatar-se que os trabalhos anteriores, mencionados acima, evidenciavam a necessidade de um esforço coletivo para transformar a IES em um ambiente de letramentos. Para tanto, perguntar se os docentes têm consciência de seu papel enquanto formadores de leitores e como o exercem, independentemente de sua área de formação, pareceu necessário para promover a superação, ao menos parcial, das fragilidades dos alunos no que diz respeito à leitura.

Embora limitadas ao caso de uma instituição específica, espera-se que as conclusões deste estudo possam lançar luzes sobre o tema, estimulando o debate sobre os caminhos a trilhar no sentido de converter a universidade em autêntico espaço de formação de leitores motivados e críticos.

## **PRÁTICAS DE LEITURA NO ENSINO SUPERIOR**

Há uma curiosa contradição que atravessa o ensino superior: se, por um lado, os professores nutrem certa crença infundada de que, ao adentrarem o universo do ensino superior, os estudantes já sabem ler com proficiência, por outro, frequentemente, os mesmos professores afirmam que muitos de seus alunos não conseguem interpretar enunciados simples, não têm o hábito de consultar materiais variados que poderiam favorecer a construção dos saberes e tampouco leem a bibliografia sugerida (ou que, quando o fazem, permanecem aquém do grau de compreensão esperado). Como a maioria dos docentes carece de tempo e preparo para diagnosticar dificuldades ou intervir sobre essa situação em suas aulas, toda a responsabilidade por fazê-lo é atribuída aos professores dos componentes curriculares de Leitura e Produção de Textos ou similares, que vêm sendo introduzidos em numerosos cursos a fim de suprir as dificuldades apresentadas pelos discentes. No entanto, por mais relevantes que sejam os esforços empreendidos nesses componentes, parece claro que tais iniciativas não são capazes de, isoladamente, dar uma resposta ao problema. Dessa forma, a questão da leitura no ensino superior apresenta-se hoje como um desafio diante do qual predomina o sentimento de impotência.

A apreensão quanto aos hábitos de leitura de universitários em nosso país não é nova e tem dado origem a diversos estudos, como os lembrados acima, dentre outros. As investigações apontam para a debilidade das práticas de leitura dos discentes, que leem relativamente pouco e o fazem levados sobretudo por razões de ordem utilitária, como a necessidade de se preparar para exames. No entanto, apesar do caráter desanimador do quadro geral, convém evitar conclusões precipitadas, uma vez que a análise dos dados disponíveis permite inferir também a existência de uma parcela de alunos, ainda que minoritária, constituída por leitores bastante motivados. Tal constatação atesta algo que pode parecer evidente, mas é normalmente esquecido: os estudantes não formam um grupo homogêneo, de modo que seria um equívoco “tratá-los todos da mesma forma, rebaixando-os por uma visão estereotipada e rasa de suas práticas de leitura” (FERNANDES; MAIA, 2013, p. 19).

Para além dos hábitos de leitura, as habilidades de compreensão leitora são outra fonte de preocupação. Diversos estudos realizados sobre o tema concluem que, em geral, os universitários de nosso país têm dificuldades de compreender o que leem (ver, entre outros, FERNANDES; JANNUCCI; GERAB, 2019 e SANTOS; SUEHIRO; OLIVEIRA, 2004). De acordo com o INAF (Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional), apenas 34% dos brasileiros com ensino superior completo ou incompleto atingiram o nível mais alto da escala de alfabetismo; outros 37% foram classificados no nível intermediário, 25% no nível elementar e 4% deles podem ser considerados analfabetos funcionais (AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO, 2018, p. 11).

Embora o caso brasileiro possua traços próprios, decorrentes da conhecida fragilidade de nosso sistema educacional, vale notar que em vários outros países preocupações semelhantes às aqui descritas vêm sendo expressas há bastante tempo. Na França, os primeiros alertas sobre a queda dos hábitos de leitura dos universitários remontam ao final dos anos 1980 (FRAISSE, 1995). Na década seguinte, diversos estudos abordaram a questão: Goodwin (1996), por exemplo, procurou descrever o fenômeno da “aliteracia” (*aliteracy*, ou seja, a falta do hábito da leitura) entre estudantes norte-americanos; outro levantamento, realizado por Teberosky, Guàrdia e Escoriza (1996) na Espanha, buscou delimitar os contornos de uma “crise da leitura” no ensino superior, atestada por “un descenso en los hábitos de lectura y una indiferencia respecto a sus valores entre la población de los estudiantes” (p. 86). Mais recentemente, pesquisas sobre o tema têm se multiplicado, no Brasil e no exterior.

Em linhas gerais, consolida-se a ideia de que, diferentemente do que se imaginava, os estudantes universitários devem ser considerados “leitores em construção” (JUNQUEIRA; BALÇA; PIRES, 2016). Isso significa, por um lado, ser necessário reconhecer que, ao ingressar no ensino superior, boa parte dos jovens ainda não são leitores críticos, autônomos e motivados; por outro lado, a feliz expressão empregada pelas autoras sugere também que a universidade pode e deve ajudar seus alunos a consolidar suas práticas e competências de leitura.

A formação de leitores é habitualmente considerada tarefa própria dos ciclos iniciais da escolarização, como se se tratasse de processo passível de ser concluído nos últimos anos do ensino fundamental. Tal ponto de vista, que decorre de entendimento da leitura como mera decodificação de textos, esquece que, na realidade, a construção dos hábitos e competências leitoras jamais será objetivo conquistado de uma vez por todas: requer incremento permanente, a ser renovado ao longo das diversas etapas da vida – e de modo particular durante o curso superior, âmbito no qual os estudantes são expostos a novos desafios de leitura, deparando-se com textos mais longos e complexos, de elevada densidade e que fazem uso de vocabulário frequentemente desconhecido por eles. Como adverte Carlino (2013, p. 360-361), a leitura deve ser entendida como prática social e não apenas como uma habilidade a ser empregada independentemente de seu contexto. Conclui-se, pois, que a transição para as práticas de leitura requeridas no contexto universitário não ocorre sem dificuldade, merecendo, portanto, atenção por parte das instituições de ensino superior.

Entretanto, se é verdade que a questão da leitura na universidade tem atraído a atenção de crescente número de interessados, não se pode negar que o conhecimento do assunto ainda é incipiente. Quanto ao caso brasileiro, não obstante a valiosa contribuição de sondagens em escala nacional, como a *Retratos da Leitura no Brasil* e o já mencionado INAF (que analisam,

respectivamente, o comportamento leitor e os níveis de alfabetismo da população), o fato de seus resultados não permitirem a distinção entre os atuais estudantes e todos os que já frequentaram cursos superiores (tendo-os concluído ou não) dificulta o exame das práticas de leitura específicas do ambiente universitário.

Dentre os vários aspectos ainda praticamente inexplorados do tema, destaca-se o estudo dos hábitos, concepções e preferências de leitura dos próprios docentes. Posto que sejam normalmente esquecidos nas pesquisas sobre as práticas de leitura na universidade, o peso dos professores na configuração das mesmas é inegável, visto caber-lhes a definição das indicações bibliográficas e dos modos de avaliação do material lido, além de serem eles os mediadores das relações de ensino e de aprendizagem.

Duas são as prováveis causas dessa ausência. A primeira, e mais evidente, é que, em vista de sua elevada formação acadêmica, questionamentos sobre se e como leem os professores universitários parecem desnecessários. A segunda razão, porém, talvez seja mais decisiva para explicar a quase inexistência de estudos sobre o tema: o fato de tais investigações serem conduzidas justamente por pesquisadores, ou seja, por docentes universitários. É possível supor que entrem em jogo aqui não só questões relativas à autoimagem desses profissionais, como também a tendência de atribuir a responsabilidade por uma situação notoriamente incômoda a um “outro” – no caso, aos estudantes.

A leitura é elemento constitutivo da própria identidade do professor: não apenas seu trabalho baseia-se fundamentalmente na palavra escrita, como os usos que faz dela estão associados a seu prestígio acadêmico e social. No caso específico do ensino superior, professores usualmente atribuem ainda mais importância simbólica ao livro, que pode ser considerado o “signo desta ‘tribo’” (DAUSTER et al., 2007, p. 123). Embora o docente universitário não costume incluir o tema da promoção das práticas leitoras dos alunos entre suas preocupações corriqueiras, ele não deixa de ser um poderoso reproduzidor do discurso tradicional sobre a importância da leitura nos meios acadêmicos, descrito por Baade e Silva (2016) como “retumbante”, ainda que ineficaz (p. 129).

Apesar disso, há motivos para supor que até mesmo as práticas de leitura de parte dos professores universitários sejam menos intensas do que se presume. O sistema de ensino superior brasileiro tem crescido à custa de aguda precarização da docência, levando muitos professores a assumir elevada carga de aulas, por vezes em mais de uma instituição. Com isso, o perfil médio do docente tem se alterado, afastando-se da tradicional imagem do pesquisador habituado a consultar (e a produzir, em muitos casos) literatura científica. Isso talvez explique os resultados de sondagem realizada junto a professores de instituição de ensino no Paraná, que pinta um quadro semelhante ao retratado nas pesquisas com estudantes: baixa frequência de leituras por lazer e práticas predominantemente instrumentais ou fragmentadas de leitura (CARDOSO, 2012).

Em contraste com a escassez de pesquisas sobre docentes universitários, as concepções e hábitos de leitura de professores do ensino básico têm sido objeto de numerosos estudos nacionais e estrangeiros, alguns dos quais levantam aspectos oportunos também para o exame do que se passa no ensino superior. Nesses trabalhos, encontram-se frequentes alertas para um importante paradoxo: muitos dos responsáveis pela formação inicial de leitores possuem uma relação meramente escolar com a leitura. No caso brasileiro, os professores de português já foram descritos

como “leitores incertos”, caracterizados por uma “inclusão relativa” na esfera das práticas culturais de prestígio, como as que envolvem leituras “gratuitas” ou de fruição; por isso, eles tenderiam a reproduzir em sala de aula as formas consagradas de didatização da leitura, acentuando apenas seu valor instrumental e desfavorecendo a autonomia discente no processo de construção de sentidos do texto (BATISTA, 1998). Outro trabalho, realizado nos EUA, constata igualmente a ocorrência de baixos índices de leituras por lazer entre estudantes de licenciatura (futuros professores, portanto); ao comentar as possíveis consequências disso, os autores recorrem a uma fórmula sugestivamente batizada de “Peter Effect” (“efeito de Pedro”), inspirada por passagem bíblica em que, respondendo a um pedido de dinheiro, o apóstolo Pedro alega ser impossível oferecer algo que não possui. Analogamente, conclui o estudo, professores que não sejam leitores motivados dificilmente serão capazes de despertar a paixão por ler ou, simplesmente, não terão habilidades para contribuir para o desenvolvimento dos hábitos leitores de seus alunos (APPLEGATE et al., 2014).

Ainda que com necessários ajustes para o âmbito do ensino superior, essas observações ensejam interessantes questionamentos para o caso aqui examinado: os usos que docentes universitários fazem da bibliografia de seus cursos (em discussões, avaliações etc.) não tenderão a reforçar uma vez mais as gastas fórmulas da leitura escolar, às quais os estudantes foram submetidos desde o ensino básico, fazendo com que eles se sintam ainda menos estimulados ler de modo pessoal, crítico e significativo? Por outro lado, em que medida os professores de cursos superiores estarão realmente aptos a testemunhar em primeira pessoa o valor da leitura (o que é muito distinto da proclamação teórica de sua importância), de modo a instigar seus alunos a (re)descobrir o(s) sentido(s) de ler? Tais interrogações constituíram-se como alguns dos fatores que motivaram a realização do presente estudo.

## METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida junto a professores de uma tradicional instituição privada de ensino da região metropolitana de São Paulo, que oferece cursos nas áreas de Engenharia, Administração e Ciências da Computação. No entanto, dado que um dos objetivos do estudo era cotejar seus resultados com os de sondagens anteriores realizadas junto a alunos de Administração e Ciências da Computação da mesma instituição, foram convidados para participar da pesquisa somente docentes que atuam nestes dois cursos.

Mediante autorização prévia dos coordenadores dos referidos cursos, os organizadores da pesquisa apresentaram os objetivos do trabalho nas reuniões departamentais do início do ano letivo, convidando todos os presentes a responder a um questionário ao final do encontro. Nas reuniões, havia não apenas professores vinculados aos Departamentos de Administração e Ciências da Computação, mas também docentes de outras áreas, como as de Matemática, Física e Ciências Sociais, que atuam nos diferentes cursos da instituição. O instrumento de avaliação era anônimo e precedido por um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Parte de suas questões foi adaptada de pesquisas mais amplas sobre o tema, como a *Retratos da Leitura no Brasil* (doravante RLB) e outra parte foi elaborada para permitir o confronto com os resultados colhidos anteriormente com os estudantes. O questionário era composto por 30 perguntas, que visavam obter informações sobre: a) o perfil dos participantes; b) seus hábitos, práticas e preferências de leitura; c) as percepções dos professores acerca dos hábitos e competências de leitura dos

estudantes com os quais eles têm contato; d) as práticas docentes (formas de uso e incentivo à leitura da bibliografia indicada nas disciplinas sob responsabilidade dos participantes, bem como de outros materiais)

## PARTICIPANTES

Ao todo, 52 docentes responderam ao questionário; deles, 38 são homens. Quanto à idade, a amostra apresentou grande equilíbrio entre diferentes faixas etárias: são 29% os que declararam ter entre 30 e 39 anos, mesma proporção encontrada no grupo dos que estão na faixa dos 40 aos 49 anos; 23% situam-se entre os 50 e os 59 anos e 19% possuem 60 anos ou mais. Afora um pequeno grupo de especialistas (2 participantes), todos são doutores (50%) ou mestres (46%). A maioria dos professores é composta por aulistas que lecionam exclusivamente em cursos de graduação (83%); o restante trabalha em regime de dedicação integral, sendo vinculados também a programas de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos pela instituição. A amostra apresentou grande concentração de docentes vinculados ao curso de Administração (75% dos participantes) e apenas cerca de um terço atua em Ciências da Computação. Sendo que vários professores aulistas são responsáveis por componentes curriculares em mais de um curso, registre-se que cerca de 30% dos participantes mencionaram também dar aulas para alunos de Engenharia, informação que não foi incluída na análise dos resultados, pelos motivos já referidos. Considerando apenas a atuação nos cursos de graduação em Administração e Computação, foco desta pesquisa, registrou-se distribuição bastante homogênea entre os que lecionam predominantemente nos ciclos iniciais (1º e 2º semestres), nos ciclos intermediários e nos finais (último ano do curso).

## OS PROFESSORES E SUAS LEITURAS

Em se tratando de docentes universitários discorrendo sobre um comportamento socialmente valorizado como a leitura, não surpreende que praticamente todos tenham declarado apreciá-la como forma de lazer. A idade dos respondentes impacta tal preferência, já que entre os professores de 30 a 39 anos somente um terço declarou “gostar muito de ler” em seu tempo livre, porcentagem que aumenta para cerca de 40% nos grupos dos que têm de 40 a 49 anos e 50 a 59 anos, atingindo a taxa de 60% entre os mais velhos (60 anos ou mais). Já no caso dos que responderam “gostar um pouco de ler” no tempo livre, a proporção se inverte: são 66% dos mais jovens e 40% dos mais velhos. Os 2 únicos docentes que declararam não gostar de ler têm entre 40 e 59 anos.

Apenas 2 participantes informaram não ter lido nenhum livro integral ou parcialmente nos 3 meses anteriores à pesquisa, devendo, portanto, ser classificados na categoria de “não leitores”, de acordo com os critérios adotados pela RLB. Tendo em vista que outros 2 não responderam à questão, conclui-se que a porcentagem de leitores no grupo pesquisado chega a 92% dos participantes, ou 48 docentes, taxa muito superior à encontrada pela RLB entre os brasileiros com curso universitário completo ou incompleto, que foi de 68% (FAILLA, 2021, p. 174 e 179).

A quantidade média de obras lidas por ano (integralmente ou em parte) indicada pelos respondentes foi de 6,35; o resultado é significativamente superior ao atestado pela RLB para a média da população brasileira, que foi de 4,95 livros por ano (FAILLA, 2021, p. 195). A distância é ainda maior quando esse dado é comparado à média de apenas 3,98 livros anuais declarados

pelos estudantes dos mesmos cursos e da mesma IES em que os docentes atuam (FERNANDES; MAIA, 2013, p. 5). Importa destacar, no entanto, que em levantamento realizado apenas com calouros de Administração, os estudantes declararam ter lido em média 6,7 livros nos 12 meses anteriores à pesquisa (FERNANDES; JANNUCCI; GERAB, 2019, p. 134), suplantando assim a quantidade de obras lidas pelos professores. Embora os resultados da sondagem com os alunos ingressantes possam refletir uma situação particular, a de estudantes que estavam na fase de preparação para o vestibular, os dados sugerem que, em alguns casos, as práticas de leitura do corpo discente podem ser significativamente mais intensas que as imaginadas pelos professores.

No que diz respeito à leitura de livros, os achados desta pesquisa não permitem descrever os docentes como leitores particularmente frequentes ou engajados: embora nenhum deles tenha declarado quantidades inferiores a 2 livros nos 12 meses anteriores à pesquisa, pouco mais da metade informou ter lido entre 3 e 5 livros no ano anterior e apenas cerca de um quarto assinalou quantidades iguais ou superiores a 10 obras lidas. Quanto às faixas etárias, aos níveis de titulação e ao gênero (na ocasião, foi perguntado apenas o sexo biológico), não foram encontradas diferenças significativas no número de livros lidos. Importa notar que pouco mais da metade das leituras foram atribuídas a obrigações profissionais ou acadêmicas, de modo que a média de obras lidas por lazer ficou abaixo de 3 por ano. Tal resultado evidencia não haver uma relação direta entre a formação continuada desses profissionais, inclusive em nível de pós-graduação, e seu envolvimento com a leitura de obras variadas.

A maioria dos participantes declarou sentir desejo de ler mais do que lia no momento da pesquisa (87%) e a principal razão apontada para não o fazer foi a falta de tempo (71%). Além disso, como a questão oferecia a possibilidade de assinalar várias alternativas, quase metade dos respondentes alegou dificuldades para se desligar das ocupações profissionais a fim de se dedicar à leitura e 13% disseram que nas horas vagas preferem realizar atividades com a família; apenas um docente alegou sentir preguiça para ler e outros 2 reconheceram sofrer dificuldades de concentração. Quanto a esse aspecto, os docentes universitários parecem não se diferenciar muito da média da população brasileira, visto que, segundo a RLB, 82% dos brasileiros gostariam de ler mais e 47% indicam a falta de tempo como principal obstáculo, índice que aumenta para 63% entre os que possuem curso superior (FAILLA, 2021, p. 214-216).

De modo geral, os participantes associam a leitura a objetivos instrumentais, pois quase metade deles afirmaram ler principalmente motivados por exigências profissionais ou acadêmicas; pouco menos de um terço da amostra apontou como principal razão para ler o desejo de atualização cultural ou de ampliar seus conhecimentos gerais, e menos de um quarto dos docentes informaram fazê-lo sobretudo por “prazer, gosto ou necessidade própria”. Chama a atenção, uma vez mais, a associação entre os índices de prazer pela leitura e a idade dos respondentes, pois no grupo que assinalou a alternativa referente ao gosto por essa atividade há forte predomínio das faixas etárias mais elevadas (50 a 59 e 60 anos ou mais, com cerca de 40%, contra apenas 7% entre os de 30 a 39 anos).

Se os professores não informaram ler elevada quantidade de livros por ano, a pesquisa também trouxe resultados que sugerem haver preferência dos participantes por outros materiais de leitura: os docentes revelaram ser leitores assíduos de jornais (impressos ou digitais), com altos índices de leitura diária ou frequente, isto é, de pelo menos duas vezes por semana (65% e 19%,

respectivamente), em forte contraste com os hábitos revelados pelos estudantes (FERNANDES; JANNUCCI; GERAB, 2019, p. 135). Além disso, quase dois terços dos docentes afirmaram ler livros ou artigos científicos de sua área de especialidade ao menos uma vez por semana, sem que tais frequências apresentem diferenças significativas entre especialistas, mestres e doutores. Esses dados corroboram conclusão anterior, de que as práticas de leitura de docentes universitários são orientadas sobretudo por motivações de natureza profissional.

O instrumento de pesquisa solicitava ainda que os participantes comparassem seus hábitos de leitura atuais com os do período em que realizaram seu curso universitário. Trata-se de uma avaliação certamente subjetiva, em muitos casos; ainda assim, as respostas podem fornecer informações úteis para a compreensão do conceito que os professores fazem de si próprios enquanto leitores, bem como interferir na percepção que possuem acerca das práticas leitoras de seus alunos. Pouco menos da metade dos participantes declarou ler mais hoje do que na época em que frequentou o curso superior e cerca de um quarto deles afirmou crer não ter havido alterações significativas na quantidade de leituras realizadas por eles nesse intervalo de tempo. Embora as variáveis relativas à idade e ao nível de titulação dos respondentes não exerçam influência sobre os resultados, chama a atenção que as respostas variam muito conforme a área de atuação dos docentes. Entre os professores de Administração, 54% disseram que leem mais atualmente do que quando eram estudantes, e apenas 18% que liam mais no passado; a tendência se inverte entre os que lecionam em Computação, pois 44% deles afirmaram que liam mais antes e 31% que o fazem mais hoje. Tal discrepância entre os docentes dos dois cursos deve estar associada a características próprias de cada área de conhecimento; não deixa de ser interessante, contudo, notar que os professores de Administração parecem admitir, indiretamente, não terem sido leitores muito engajados durante o período de seus estudos universitários.

## **OLHAR SOBRE OS ALUNOS**

A maioria dos professores parece dar razão à propalada crença na existência de uma “crise da leitura”, segundo a qual as novas gerações leem cada vez menos. Quando solicitados a dizer se, quando jovens, eles liam mais ou menos que seus alunos hoje, a maioria dos participantes declarou crer que lia “mais” (48%) ou “muito mais” (36%) que os atuais estudantes, com resultados semelhantes em todas as faixas etárias, cursos de atuação e níveis de titulação dos docentes. Apenas 10% afirmaram que os alunos hoje leem aproximadamente tanto quanto os do passado e 2 participantes, contrariando a tendência geral, disseram que os atuais estudantes leem mais. Entretanto, esses resultados não se ajustam bem aos dados apresentados anteriormente, sobretudo porque, como dito acima, quase metade dos docentes afirmou que, quando estava na universidade, lia menos do que no momento da pesquisa.

O juízo expresso pelos docentes acerca dos hábitos leitores dos alunos e permite perceber que alguns estereótipos se mantêm na vida acadêmica. Assim, confirmando as expectativas dos autores, os docentes revelaram possuir uma percepção predominantemente negativa dos hábitos e competências de leitura dos estudantes; trata-se, além disso, de uma visão muito distante da que os discentes fazem de seu próprio perfil leitor. Isso sugere a necessidade de providências, como a realização de sondagens sistemáticas sobre o tema junto aos alunos, a fim de garantir um olhar mais realista dos professores em relação a cada uma das turmas com que lida. Promover tais sondagens ao início de cada semestre poderia inclusive alertar os estudantes sobre a necessidade

de se pensarem como leitores (o que fica evidente que eles não fazem, uma vez que manifestam impressões superficiais sobre os hábitos leitores que possuem), e também serviria para conscientizar os professores sobre o seu dever de se apropriar do repertório do público com o qual trabalham.

A pesquisa revelou haver uma convicção generalizada acerca da dificuldade dos estudantes em interpretar a bibliografia indicada: o conjunto dos que disseram acreditar que isto ocorre “sempre” ou “frequentemente” chega à metade dos docentes, sendo que tais respostas são ligeiramente mais recorrentes entre os que atuam nos semestres iniciais e intermediários dos cursos, mas sem diferenças significativas quando considerados a idade dos respondentes ou o curso em que atuam. Além disso, no entender de quase 50% dos participantes, essas dificuldades vêm se agravando “muito” nos últimos anos; o restante se divide em grupos aproximadamente equivalentes, entre os que acham que a situação tem se agravado “um pouco” ou “permanecido estável” (apenas um docente afirmou ter notado “ligeira melhora” com o passar do tempo). De sua parte, porém, os estudantes expressaram sentimentos muito distintos: na já comentada pesquisa realizada com alunos de Administração e Ciências da Computação matriculados em diversos ciclos na mesma IES, somente 9% deles informaram sentir dificuldades de compreensão da bibliografia sugerida pelos professores “sempre” ou “frequentemente” (FERNANDES; MAIA, 2013, p. 15), resultado semelhante ao de outro estudo, conduzido com alunos de Biblioteconomia e Pedagogia de uma IES paranaense (PULLIN; TANZAWA, 2009). Contraste tão intenso não deve ser explicado apenas por eventuais equívocos de avaliação, cometidos por um ou por ambos os grupos: tal disparidade de percepções certamente aponta para a existência de uma incompreensão de expectativas e conceitos de parte a parte. Por outras palavras, o desencontro de informações deve ser o resultado de concepções conflitantes sobre o que seriam as práticas de leitura e os níveis de compreensão textual desejados.

Outro aspecto revelado pela pesquisa com os docentes é que praticamente a metade deles disse julgar que “são poucos” os alunos que leem a bibliografia mínima recomendada em suas disciplinas; cerca de um terço afirmou crer que pelo menos metade dos estudantes lê a bibliografia mínima e apenas 15% consideram que a leitura da bibliografia sugerida ocorra em níveis satisfatórios. Mais uma vez, tais percepções divergem do que os estudantes informaram em pesquisa anterior, na qual mais da metade dos discentes dos cursos examinados declararam procurar ler o máximo possível da bibliografia indicada ou ao menos os textos principais de todos os componentes curriculares (FERNANDES; MAIA, 2013, p. 7).

Quase todos os professores concordaram com a afirmação de que os alunos deveriam ler mais (97%); é sintomático, inclusive, que o índice seja ligeiramente superior ao que eles afirmaram de si próprios. Em questão na qual poderiam ser indicadas várias opções, as causas que explicariam o motivo pelo qual os estudantes leem menos que o esperado foram: desinteresse (77%), falta de percepção da importância da leitura (54%), dificuldades de compreensão de textos e falta de hábito de frequentar bibliotecas (com cerca de 50% cada), preguiça (44%) e falta de tempo para ler ou de dinheiro para comprar livros (cerca de um terço cada). Como em diversos outros itens da pesquisa, essas opiniões não são confirmadas pelas declarações dos próprios discentes, os quais na já referida sondagem anterior apontaram como principais causas para não ler mais a falta de tempo (68%), a preguiça (31%) ou a preferência por outras atividades (28%); a falta de dinheiro para comprar livros, as dificuldades de compreensão ou de acesso a bibliotecas foram razões apontadas por cerca

de 3% participantes cada (FERNANDES; MAIA, 2013, p. 16). Chama a atenção, uma vez mais, o fato de os professores revelarem incompreensão sobre as reais motivações e obstáculos sentidos pelos estudantes.

A aguda diferença existente entre as impressões dos professores acerca das práticas leitoras dos alunos e as percepções dos estudantes sobre si próprios demonstra não haver uma comunicação clara entre as partes, ao menos no que diz respeito à questão da leitura. Tais discrepâncias poderiam ser atenuadas por meio de sondagens sistemáticas com os alunos, como sugerido acima, ou da criação de iniciativas que favoreçam conscientização sobre a importância da leitura e até mesmo promovam a formação leitora do conjunto da comunidade acadêmica (docentes e discentes), de modo a facilitar a aproximação de visões e práticas que hoje parecem profundamente divergentes. Com efeito, a distância entre os olhares para o mesmo objeto evidencia a falta de uma cultura institucional sobre o tema da leitura, situação que provavelmente não se limita à IES em que a presente pesquisa foi realizada.

### **PRÁTICAS DOCENTES: OS PROFESSORES E O INCENTIVO À LEITURA**

Dado o desconforto manifestado pela maioria dos professores com relação às leituras realizadas por seus alunos, a pesquisa procurou sondar também se (e como) os participantes procuram incentivar os hábitos de leitura em seu trabalho docente.

Em primeiro lugar, verificou-se que 75% dos participantes declararam basear seus cursos principalmente em obras impressas, listadas na bibliografia dos componentes curriculares sob sua responsabilidade, prática mais difundida entre os professores do curso de Computação que entre os de Administração (87% contra 72%); os restantes 25% informaram fazer uso frequente de apostilas, textos avulsos ou slides projetados em aula. A adoção de materiais alternativos, cuja leitura na maior parte dos casos é provavelmente menos exigente que a de referências bibliográficas “tradicionais”, pode ser explicada por diversas causas: a inexistência de obras impressas tidas como adequadas ao programa do componente curricular é uma delas. Mas é possível supor que tal opção vise também à oferta de informação mais acessível aos alunos, considerando suas dificuldades de leitura e mesmo sua falta de tempo para estudar. Dado, porém, que o instrumento de pesquisa não indagava os motivos que levaram os professores a oferecer preferencialmente apostilas ou slides aos estudantes, só resta especular sobre o assunto. Vale registrar, contudo, que esses materiais devem ser, na maior parte dos casos, menos aptos ao desenvolvimento dos hábitos e competências de leitura dos estudantes, além de favorecerem em menor grau a construção de conhecimentos sólidos e abrangentes sobre a área de estudos.

Questionados sobre as metodologias empregadas nas suas aulas, menos de um terço dos participantes informaram promover frequentemente debates sobre textos indicados. O relativo desinteresse por essa atividade está provavelmente relacionado ao fato de que em muitos casos, conforme visto acima, os docentes consideram que o material não seja lido pela maioria dos alunos. Por isso, são mais comuns o recurso a aulas expositivas, apresentação de slides, solução de exercícios ou realização de outras atividades práticas (como trabalhos em grupo e, sobretudo no caso dos professores que atuam nos cursos de Computação, atividades laboratoriais ou de programação).

Como demonstrado na tabela 1, os docentes de Computação disseram incentivar com mais frequência em aula a leitura da bibliografia de suas disciplinas, bem como recomendar mais vezes a leitura de outras obras, que não constam do programa ou não são diretamente relacionadas ao conteúdo da aula; já entre os professores de Administração, a leitura de jornais (impressos ou digitais) é mais recomendada. Não houve diferenças significativas nos resultados quando confrontados com a idade dos docentes ou com seu nível de titulação.

**Tabela 1** – Frequência de Sugestões de Leitura em Aula

Material	Sugestão de leitura	Administração	Computação	Total Geral
Bibliografia do Componente	Sempre	72%	94%	77%
	Às vezes	23%	6%	19%
	Raramente / nunca	5%	-.	4%
Outros Livros	Sempre	56%	63%	58%
	Às vezes	39%	31%	36%
	Raramente / nunca	5%	6%	6%
Jornais/Revistas	Sempre	67%	37,5%	58%
	Às vezes	23%	25%	23%
	Raramente / nunca	10%	37,5%	19%

Fonte: Os Autores

As informações colhidas sobre as práticas docentes relativas à leitura revelam, em suma, que os participantes não estão completamente alheios à necessidade de incentivar os hábitos leitores dos estudantes, uma vez que mais da metade deles informou sugerir com frequência a consulta a jornais ou revistas de atualidades, bem como a livros que não constam dos programas curriculares. Por outro lado, porém, os resultados apontam para um uso limitado da bibliografia recomendada, pois são poucos os professores que declararam promover o debate sobre essas leituras em aula. Dessa forma, é legítimo perguntar: será isso um sintoma de que os próprios docentes consideram que a consulta à bibliografia indicada não é essencial para o acompanhamento das aulas e para a realização das atividades propostas? Por outras palavras: estarão os professores talvez conformados com o fato de que os textos prescritos não serão lidos, de forma que buscam suprir a não-leitura por meio de resumos expositivos em sala ou por meio da oferta de materiais alternativos, como slides e apostilas? Ainda que pareça paradoxal, essa hipótese poderia explicar também o desinteresse do aluno pelas leituras recomendadas, visto que elas não seriam apresentadas como fundamentais para o aprendizado.

Estudos sobre o tema já demonstraram que a resposta dos alunos às indicações de leitura depende, em grande medida, do modo como elas são recomendadas pelo próprio professor. Em muitos casos, ainda quando lidas, as obras indicadas pelos docentes são percebidas pelos estudantes como distantes do conteúdo trabalhado em aula ou mesmo das atividades avaliativas, de modo que essa desarticulação acaba por resultar em novo desestímulo à realização das leituras prescritas. Por isso, conclui-se ser “urgente e necessária a reflexão dos professores sobre os modos como prescrevem e utilizam os textos que indicam a seus alunos” (TANZAWA; PULLIN, 2012, p. 272). Afinal, se até mesmo os docentes não fazem uso frequente da bibliografia em suas atividades didáticas, parece natural que os estudantes passem a considerar sua leitura como mera formalidade e pouco relevante para sua formação.

## REFLEXÕES SOBRE AS CONCEPÇÕES DE LEITURA DOS PROFESSORES

Os resultados da pesquisa evidenciam que a maior parte dos professores apresenta uma concepção predominantemente instrumental do ato de ler. Tal compreensão se reflete não apenas em seus hábitos e preferências pessoais de leitura, orientados sobretudo para fins práticos e profissionais, mas também determina em grande medida o modo com o qual os docentes recomendam e avaliam as leituras a serem realizadas pelos alunos. Assim, mesmo quando insistem sobre a necessidade de ler os textos indicados, os professores parecem referir-se apenas à localização e decodificação das informações contidas na bibliografia, para posterior verificação das mesmas em atividades avaliativas. Trata-se, com efeito, de práticas de leitura calcadas no pressuposto de que o papel do leitor deve ser meramente passivo, cabendo-lhe apenas a recepção e a reprodução de conteúdos. Sintoma disso é o fato de terem sido poucos os participantes da pesquisa que relataram estimular a reflexão crítica e o debate em aula sobre o material lido.

É a isso que Ezequiel Theodoro da Silva (1999) se referia ao afirmar que muitos professores têm uma concepção redutora, porque “simplista”, do ato de ler, uma vez que essa visão “despreza elementos fundamentais da leitura, diminuindo a sua complexidade processual” (p. 12). Em síntese, as práticas docentes relatadas pelos participantes da pesquisa parecem desconsiderar o fato de que ler um texto implica necessariamente o estabelecimento de um diálogo no qual o leitor participa do processo de construção de sentidos do texto, agindo “retrodinamicamente” sobre ele e estabelecendo um complexo processo de interação, como prossegue Silva (1999, p. 16). Somente assim, de modo dialógico e promovendo a interação entre leitor e texto, o docente (seja no ensino fundamental ou superior) poderá assumir um verdadeiro papel de *mediador* de leitura, propiciando a formação de sujeitos capazes de refletir e expressar-se de forma autônoma (cf. BARBOSA, 2011).

Embora arriscadas, porque generalizantes, as hipóteses aqui referidas podem elucidar um aspecto importante da pesquisa aplicada no que diz respeito às queixas dos professores em relação às limitações dos alunos para ler. As ações relatadas pelos docentes, quando oferecem slides para os alunos estudarem ou quando mantêm estereótipos em relação aos hábitos de leitura do seu público-alvo sem realizarem sondagens rotineiras, sugerem que eles mesmos não refletem sobre as próprias experiências leitoras. Como as práticas leitoras impactaram suas vidas, se é que impactaram? A leitura promoveu uma cidadania mais plena a cada professor leitor ou essa afirmação não passa de mais uma dentre as tantas crenças que atravessam o universo acadêmico, sem se converter em objeto de reflexão e verificação na própria experiência?

Em síntese, os resultados da pesquisa mostram que não se deve dar por óbvio o fato de docentes universitários serem leitores altamente engajados. Quantidades medianas de obras lidas, motivações instrumentais e pouca vivência de leitura por prazer são características comuns às práticas de professores e alunos. Tal situação tem claros reflexos sobre a formação dos estudantes: sendo que, em muitos casos, os próprios professores compreendem a leitura como obrigação voltada apenas para a extração de informações de uso imediato, é provável que semelhante concepção seja transmitida aos alunos. Por isso, apesar das boas intenções dos docentes – das quais não há motivos para duvidar –, o valor atribuído à bibliografia recomendada e até mesmo às demais sugestões de leitura fica de certa forma comprometido. Conclui-se, portanto, que os esforços para a formação de leitores nas instituições de ensino superior devem abranger também o corpo docente,

propiciando ocasiões de aprofundamento crítico de suas próprias concepções de leitura. Por mais incomum que possa parecer, essa sugestão apenas reafirma o que ficou dito acima: a motivação, o interesse e as competências de leitura são fatores que requerem constante renovação, até mesmo para leitores experientes como os professores universitários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa não se mostra conclusiva, pois há dados que apontam para novos e relevantes temas a serem explorados. Além disso, entende-se que é importante aplicar periodicamente sondagens desse tipo, a fim de acompanhar como a atuação dos docentes impacta a formação de leitores ao longo do tempo; com efeito, um olhar diacrônico pode fornecer importantes subsídios para que a academia crie contextos mais propícios para a consolidação de comunidades leitoras. Ainda assim, a análise dos dados coletados sugere iniciativas que podem ser assumidas pelas instituições, a fim de fortalecer as possibilidades para a formação de leitores proficientes.

Delinear com clareza os problemas que inibem a formação de leitores em instituições de ensino superior pode ser um ponto de partida para o enfrentamento dos dados alarmantes acerca da falta de proficiência em leitura dos egressos dos cursos de graduação em diferentes áreas. Não se trata de ignorar a complexidade dos fatores que desaguam em comunidades acadêmicas com níveis de leitura cada vez mais superficiais, mas, sim, de compreender quais são os estreitamentos que causam a dificuldade da formação de hábitos e competências de leitura até o final de um curso de graduação. Um deles, que se procurou compreender aqui, é o perfil leitor dos professores, dada sua importância como mediadores na formação geral dos estudantes.

Os resultados da pesquisa evidenciam, pois, a necessidade de ações para que os professores desenvolvam seus hábitos leitores, habilitando-os a mediar melhores práticas junto a seus alunos, a fim de que seja possível construir uma comunidade leitora. Tais ações não devem ser vistas como responsabilidade exclusiva dos docentes; ao contrário, trata-se muito mais da adoção de políticas institucionais do que propriamente de atitudes e posturas individuais.

A fim de alterar a visão de alunos habituados a ver a leitura como algo meramente e instrumental, cultivando-a apenas em momentos pontuais da trajetória acadêmica, é preciso que as instituições assumam eventos que promovam a leitura (bem como a produção textual) de modo rotineiro e permanente. Exemplos de iniciativas desse tipo não faltam, podendo ir desde a publicação de revistas ou jornais feitos pelos estudantes até a efetivação de concursos, passando por saraus e a manutenção de blogs.

Observação similar vale para os hábitos de leitura dos docentes. Entendendo o papel do professor como um importante formador de leitores – independente do curso em que atua –, não se trata apenas de mobilizar os estudantes, mas, também, de provocar o próprio professor a se pensar como leitor, a fim de que ele possa tecer relações de melhor qualidade com o universo da leitura. Exemplos de iniciativas também não faltam, e elas vão desde observar e valorizar os professores que escrevem (publicando ou não), até promover rodas de conversa sobre obras diversas ou murais de dicas de livros. Assim, será possível ajudar os docentes a acessar o direito à leitura por fruição – a qual, como se sabe, tem cada vez menos prestígio em um mundo que busca sempre resultados imediatistas, e é muitas vezes relegada a um segundo plano em decorrência das exigências de trabalho.

Também é importante estruturar na grade curricular espaços para que se formalizem práticas leitoras, como em atividades complementares ou em projetos disciplinares e interdisciplinares. Tal ação pode contribuir para aproximar o olhar que professores e estudantes têm sobre como estes últimos interpretam os enunciados das provas e os textos sugeridos nas bibliografias. Mas essa iniciativa, por si só, não será suficiente, caso não haja uma comunicação clara sobre quais as expectativas dos docentes em relação aos estudantes no que diz respeito à abordagem de determinados textos. É preciso que a comunidade se pergunte se há um acordo sobre a formulação de enunciados e de respostas, observando como são feitas as perguntas nas provas, nas atividades e nas aulas; além disso, é necessário também alinhar o modo como são elaboradas as devolutivas aos alunos.

As aulas de todos os componentes curriculares precisam fazer reverberar os momentos em que a leitura é exigida para que as situações-problema sejam compreendidas e enfrentadas; convém que a grade curricular ofereça espaços e condição para que os professores tenham oportunidade de promover momentos de formação mais geral, em que haja possibilidade de trocas acerca de práticas leitoras diversas. Desse modo, também os docentes se sentirão estimulados a vivenciarem profundamente a leitura, deixando de tratá-la como uma prática que falta aos outros, mas não à sua própria construção social ao longo do tempo. Não é suficiente institucionalizar componentes específicos que tratem da leitura em momentos pontuais do curso; ela deve ser apresentada como prática articuladora e significativa para toda a comunidade. Ler não pode ser uma atividade artificialmente restrita a determinadas aulas. Por isso, os demais professores, responsáveis pelos componentes específicos dos diversos cursos, não podem permanecer alheios à tarefa de estimular a proficiência leitora dos alunos.

Por fim, há que se manter um permanente diálogo com toda a comunidade acadêmica acerca dos sentidos atribuídos ao ato de ler, pois só assim será possível favorecer a superação de concepções redutivas da leitura, infelizmente tão comuns até mesmo no ensino superior, segundo as quais essa atividade se limita à decodificação passiva de informações. O envolvimento de docentes e estudantes em semelhante diálogo, juntamente com a promoção de ocasiões para a troca de ideias e experiências de leitura, poderá favorecer o amadurecimento de práticas leitoras mais significativas, críticas e autônomas para todos os envolvidos.

Enquanto as instituições de ensino superior mantiverem o olhar voltado apenas para a formação especializada dos seus estudantes, deixando de investir energia em iniciativas simples e eficazes, perderão a oportunidade de construir um ambiente de letramento significativo para a comunidade, capaz de mobilizar as pessoas envolvidas a desenvolverem habilidades e competências relacionadas à leitura, as quais podem ser instrumentos extremamente potentes para a formação integral dos futuros profissionais, cidadãos de um mundo em permanente transformação.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO EDUCATIVA; INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. **INAF Brasil 2018**: resultados preliminares. São Paulo: Ação Educativa; IPM, 2018. Disponível em: [https://alfabetismofuncional.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Inaf2018\\_Relato%CC%81rio-Resultados-Preliminares\\_v08Ago2018.pdf](https://alfabetismofuncional.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Inaf2018_Relato%CC%81rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf). Acesso em 26 nov. 2021.

APPLEGATE, Anthony J. et al. The Peter Effect revisited: reading habits and attitudes of college students. **Literacy Research and Struction**, v. 53, n. 3, 2014, p. 188-204.

BAADE, Joel Haroldo; SILVA, Ezequiel Theodoro da. “Professor, não tenho tempo para ler!” – a prática docente diante do hábito da não-leitura. **Leitura: Teoria & Prática**, v. 34, n. 67, 2016, p. 125-136.

BARBOSA, Marinalva Vieira. Ensino da leitura e formação do professor mediador. **Leitura: Teoria & Prática**, v. 57, 2011, p. 28-37.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. A leitura incerta: a relação de professores(as) de Português com a leitura. **Educação em Revista**, n. 27, 1998, p. 85-103.

CARDOSO, Rosimeiri Darc. História de leitura: o que leem os professores universitários? In: **VII Congresso Iberoamericano de Docência Universitária**. Porto: Centro de Investigação e Intervenção Educativas, 2012. v. 1. p. 4816-4825. Disponível em: [Organizacao Resumos Comunicacoes Tema6.pdf \(up.pt\)](#). Acesso em: 15 mar. 2022.

CARLINO, Paula. Alfabetización académica diez años después. **Revista Mexicana de Investigación Educativa**, v. 18, n. 57, 2013, p. 355-381.

DAUSTER, Tania et al. “Mundo acadêmico”: professores universitários, práticas de leitura e escrita e diversidade social. **Avá. Revista de Antropología**, n. 10, 2007, p. 119-131.

FAILLA, Zoara. (Org.). **Retratos da Leitura no Brasil 5**. São Paulo: Instituto Pró-Livro; Itaú Cultural; Editora Sextante, 2021. Disponível em: <https://www.prolivro.org.br/5a-edicao-de-retratos-da-leitura-no-brasil-2/principal-do-livro/download/>. Acesso em: 22 mar. 2022.

FERNANDES, R. C. G.; JANNUCCI, L. F.; GERAB; F. Leitura e rendimento acadêmico na transição para a universidade: um estudo de campo. **Notandum**, n. 51, 2019, p. 127-148.

FERNANDES, R. C. G.; MAIA, R. F. Comportamento leitor de universitários: um estudo com alunos de Administração e Computação. In: **Anais do IV Simpósio Internacional de Letras e Linguística**. Uberlândia: EDUFU, 2013. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/silel2013/1713.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2020.

FRAISSE, Emmanuel. Approches de la lecture dans l’enseignement supérieur français. **Revue des Sciences de l’Éducation**, v. 21, n. 1, 1995, p. 37-58.

GOODWIN, Latty. Aliteracy among college students: why don’t they read? In: **40th Annual Meeting of the College Reading Association**, 1996. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED410527.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2013.

PULLIN, Elsa Maria Mendes Pessoa; TANZAWA, Elaine Cristina Liviero. Como os alunos de graduação avaliam os textos prescritos por seus professores: um estudo junto a dois cursos de graduação. In: **Anais do XVII COLE – Congresso de Leitura no Brasil**. Campinas: Associação de Leitura do Brasil, 2009. Disponível em: [https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes\\_antteriores/anais17/txtcompletos/sem10/COLE\\_1905.pdf](https://alb.org.br/arquivo-morto/edicoes_antteriores/anais17/txtcompletos/sem10/COLE_1905.pdf). Acesso em: 06 abr. 2022.

SANTOS, Acácia Angeli dos; SUEHIRO, Adriana C. B.; OLIVEIRA, Katya Luciane. Habilidades em compreensão da leitura: um estudo com alunos de Psicologia. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 2, 2004, p. 29-41.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Concepções de leitura e suas consequências no ensino. **Perspectiva**, v.17, n. 31, 1999, p. 11-19.

Recebido em: 03/05/2022

Aceito em: 04/11/2022